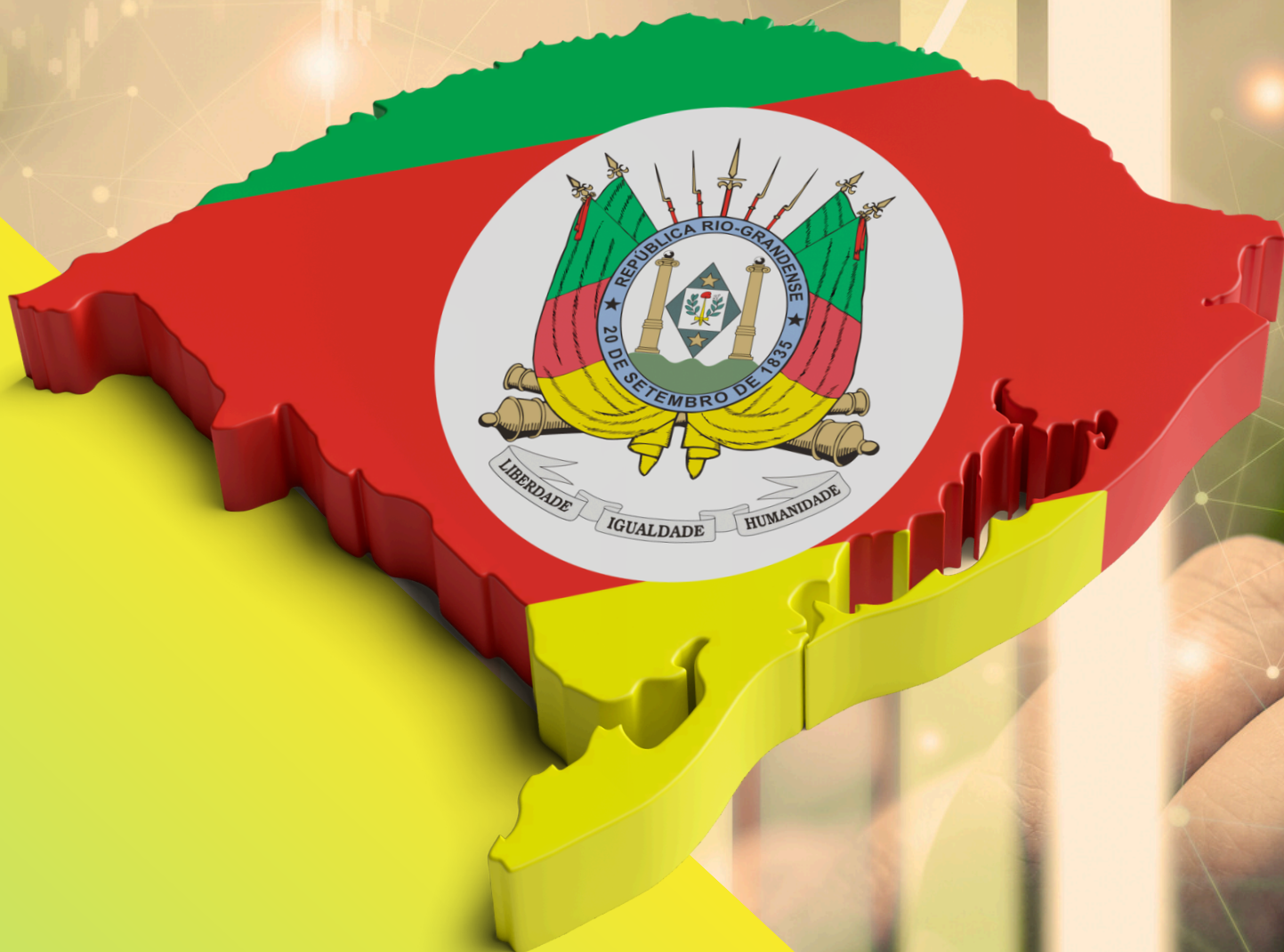




RELATÓRIO

COMO AJUSTAMOS AS

FINANÇAS

DO ESTADO



GOVERNO
DO ESTADO

**RIO
GRANDE
DO SUL**

O futuro nos une.

SUMÁRIO

03

Introdução/abertura: do desequilíbrio ao ajuste

07

Uma crise que parecia interminável

08

Grandes reformas, um novo rumo

16

A melhoria das contas públicas permitiu ao RS
fazer os maiores investimentos da sua história

19

Ciclo do orçamento explicado



DO DESEQUILÍBRIO AO AJUSTE

De forma responsável e transparente, o governo do Estado chega a um novo ciclo de planejamento, trabalhando pelo equilíbrio das contas públicas e recuperando os níveis de investimento em volumes expressivos em diversas áreas.

Desde 2021, o Rio Grande do Sul registra resultados orçamentários positivos, revertendo uma sequência de anos com déficit. Graças a um conjunto de medidas de gestão, a cada exercício estão sendo superadas as projeções de resultados negativos expostas nas leis orçamentárias, que refletem os efeitos de um desequilíbrio histórico entre despesas e receitas.

As principais ações que garantiram essa virada na gestão pública gaúcha, com pagamentos em dia e avanços em diversas áreas, estão expostas neste documento, que resgata a situação anterior, os principais avanços dos últimos anos e as perspectivas e desafios para 2026.

2026





CONTAS AJUSTADAS, MAS COM DÉFICIT NO ORÇAMENTO?

Se as contas públicas estão positivas desde 2021, por que os orçamentos ainda projetam déficits quando chegam à Assembleia Legislativa?

Os déficits orçamentários vêm sendo expressos com transparência pelo governo do Estado. São registrados porque, apesar dos avanços, ainda persiste um desequilíbrio estrutural nas finanças estaduais, resultado de passivos acumulados ao longo de décadas, como a dívida com a União e o déficit previdenciário.

A arrecadação atual não cobre integralmente essas obrigações. Faltam, por exemplo, cerca de R\$ 17 bilhões para quitar o passivo de precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais) nos próximos anos.

Do lado da receita, o Estado ainda sente os efeitos das reduções das alíquotas do ICMS pelo governo federal, feita em 2022, e das enchentes. Isso mantém as receitas em um nível relativamente baixo, tanto em comparação a outros Estados quanto ao próprio histórico. A arrecadação do ICMS em 2024, corrigida pela inflação, continua inferior à de 2021, ano anterior à redução das alíquotas determinada por mudanças na legislação federal e mesmo desconsiderando as receitas extraordinárias obtidas no período.



Evolução da arrecadação do ICMS total (R\$) – 2015 a 2024

Exercício	Arrecadação Nominal	Arrecadação Corrigida - IPCA dez/24	Variação nominal sobre ano anterior	Variação corrigida sobre ano anterior*	% Arrecadação ICMS / PIB RS
2015	27.125.892.798	44.689.185.958	4,92%	-3,72%	6,64%
2016	30.385.773.403	46.035.715.799	12,02%	3,01%	7,18%
2017	31.933.423.386	46.766.261.860	5,09%	1,59%	6,98%
2018	34.838.645.811	49.183.905.904	9,10%	5,17%	7,22%
2019	36.531.283.543	49.716.374.797	4,86%	1,08%	7,76%
2020	36.380.727.218	47.937.574.403	-0,41%	-3,58%	6,26%
2021	47.560.078.646	57.889.898.913	30,73%	20,76%	8,18%
2022	43.382.235.770	48.395.684.171	-8,78%	-16,40%	7,31%
2023	44.865.768.615	47.797.334.367	3,42%	-1,24%	6,95%*
2024	50.844.810.440	51.908.899.289	13,33%	8,60%	7,19%*

Fontes: Dados de arrecadação do Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS e dados do PIB do DEE/SPGG.

Notas 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram as alíquotas majoradas de ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. Em 2022, a partir de julho, o ICMS foi impactado negativamente pela chamada “PEC dos Combustíveis”.

2: Na arrecadação do ICMS Total de 2021, houve a contabilização escritural de uma entrada de R\$ 2,576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da estatal CEEE-D.

3: O ICMS Total é composto pelo ICMS Principal, pela Dívida Ativa e pelos Programa Compensa/RS e Ampara/RS.

4: Os dados de PIB de 2023 e 2024 são preliminares.

ALGUNS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O DÉFICIT

Devidos às enchentes de 2024, a implementação dos projetos do Plano Rio Grande com os recursos do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) é contabilizada como despesa, contribuindo para o déficit. O Plano Rio Grande concentra as iniciativas de reconstrução para proteger a população, reconstruir o Estado e fortalecer sua resiliência diante de eventos climáticos futuros. Na mesma linha, os acordos para o ajuste dos mínimos constitucionais em Educação e Saúde representam importantes avanços que alocarão mais recursos para essas áreas durante os próximos anos.

Esse quadro, somado às fragilidades fiscais estruturais e às restrições ao crescimento econômico, explica a manutenção de déficits projetados nas peças orçamentárias. Os superávits recentes foram possíveis graças a medidas desta gestão, como reformas, controle de despesas, adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e privatizações.

Para que a arrecadação seja suficiente de forma permanente, é fundamental seguir o caminho de estímulo ao crescimento econômico, com investimentos públicos e privados em áreas como educação, saúde, infraestrutura e inovação.





UMA CRISE QUE PARECIA INTERMINÁVEL

O desequilíbrio fiscal do passado teve várias causas: realização de obras, reajustes e contratações de servidores e expansão de serviços sem receita correspondente, decisões judiciais desfavoráveis, baixo crescimento econômico e falta de planejamento para despesas de grande porte.

PREVIDÊNCIA

No caso da previdência, não havia formação de poupança para pagar aposentadorias. Por isso, recursos que poderiam ser destinados a investimentos passaram a ser utilizados para custear benefícios, gerando déficit previdenciário.

EMPRÉSTIMOS

Para investir, o governo recorreu a empréstimos de longo prazo, o que ampliou a dívida pública. Também foram adotadas alternativas como a postergação do pagamento de precatórios ou o uso do Caixa Único do Estado — ambas formas de endividamento.

Durante 57 meses, o Estado não conseguiu pagar em dia os salários dos servidores.

Em 2019, a dívida herdada na saúde de gestões anteriores era de R\$ 1,125 bilhão, incluindo municípios, fornecedores de medicamentos e hospitais.

ATRASO DE SALÁRIOS E FORNECEDORES

A partir de 2015, a situação se agravou. Sem recursos disponíveis, o governo atrasou ou parcelou salários do funcionalismo, incluindo o décimo terceiro, e deixou de honrar compromissos com a dívida. Outro reflexo da crise foi o atraso nos pagamentos a fornecedores. Empresas contratadas para obras ou fornecimento de medicamentos, por exemplo, recebiam com atraso, o que elevava custos e encarecia novos contratos.

SUSPENSÃO DA DÍVIDA

Em 2017, o Estado obteve liminar no Supremo Tribunal Federal para suspender o pagamento da dívida com a União, regularizado apenas em 2022 com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).



GRANDES REFORMAS, UM NOVO RUMO

Para reverter essa situação, de 2019 a 2020, a gestão do Estado deu início a um processo de reequilíbrio entre receitas e despesas. Uma das primeiras medidas foi controlar com rigor tudo o que se gastava em todas as áreas. Depois, foi preciso corrigir questões que afetavam as grandes despesas: dívida, previdência e folha de pagamento.

AS PRINCIPAIS MEDIDAS

REFORMA ADMINISTRATIVA:

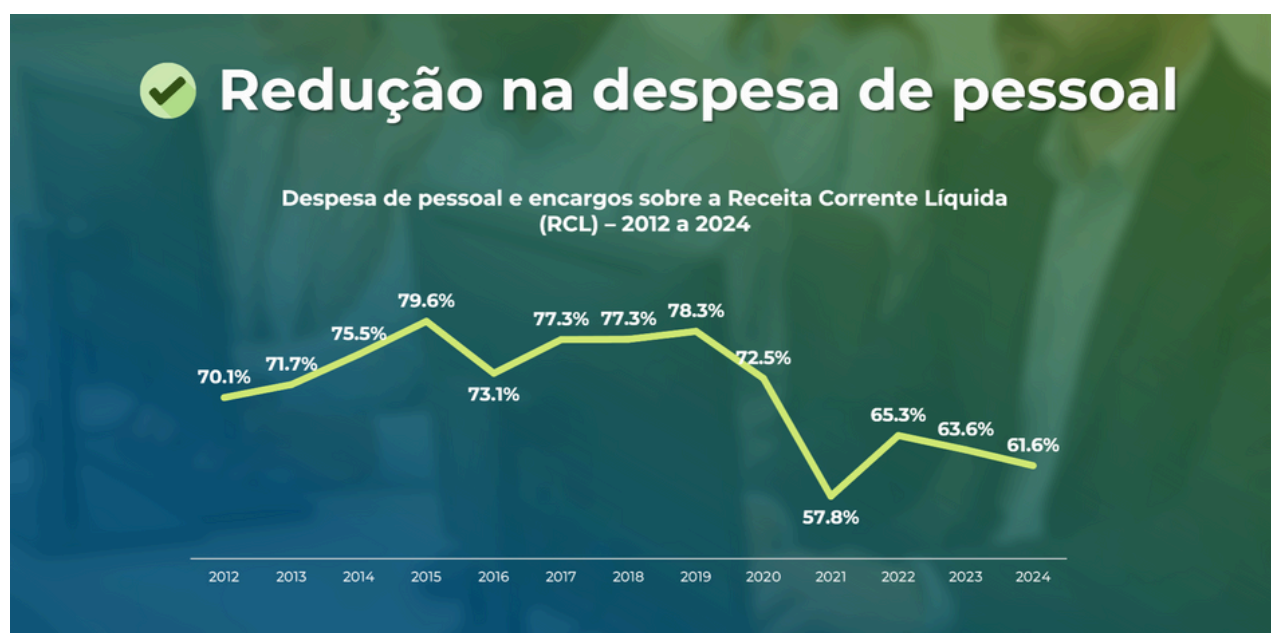
- ➡ Modernizou carreiras para reduzir reajustes automáticos e incorporação de FGs.
- ➡ Instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público. A reforma criou condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores e para o pagamento do Piso.
- ➡ Atualização do abono família e do vale-refeição.
- ➡ Como um dos resultados, a despesa com pessoal, em valores reais, teve seu crescimento controlado.
- ➡ Já em 2020 houve a maior redução das despesas com pessoal entre os Estados, de acordo com o IPEA. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Rio Grande do Sul teve o menor crescimento na despesa de pessoal entre todos os Estados na comparação de 2019 com 2024.

Como era:

O Estado não conseguia pagar o Piso do Magistério, que hoje é pago em dia.

Como estamos:

Em relação à Receita Corrente Líquida, a despesa de pessoal baixou de 78,3% da RCL em 2019 para 61,6% em 2024. Em termos reais, a despesa com pessoal de 2024 é inferior à que foi realizada no ano de 2019.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- ➔ O Rio Grande do Sul tem um passivo previdenciário elevado. Por isso, após a instituição do Regime de Previdência Complementar para os servidores ingressantes a partir de 2016, tornou-se urgente rever os benefícios dos servidores antigos.
- ➔ Com a Reforma da Previdência estadual, as regras locais foram alinhadas à federal. Mas o Rio Grande do Sul foi além, realizando uma das maiores reformas do Brasil, incluindo também os militares, com alíquotas de contribuição progressivas de 7,5% a 22%.
- ➔ O déficit previdenciário, que era de R\$ 12 bilhões em 2019, caiu, ficando em R\$ 9,8 bilhões em 2024. Embora siga elevado, poderia ser, hoje, superior a R\$ 14 bilhões, conforme projeções da época de reforma.

Como era:

O crescimento do déficit previdenciário era explosivo.

Como estamos:

O déficit previdenciário teve seu crescimento contido.



REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS

Com as melhorias das primeiras reformas, foi possível avançar na reestruturação das carreiras, com a admissão de quase 2 mil servidores efetivos e temporários com foco na reconstrução do Rio Grande do Sul. Somente em 2025, mais de 220 mil servidores, entre ativos e aposentados, tiveram avanços na remuneração, o que representa 81,17% do total de servidores do Estado.

Outras providências, como a retomada do ciclo de promoções e a expansão do vale-refeição a todos os servidores do Poder Executivo também reforçam o compromisso do governo com o funcionalismo. Além disso, a maior parte dos precatórios que estão sendo quitados é relativa a pagamentos de pessoal.

TETO DE GASTOS DO RS

Em 2021, veio a “Lei do Teto de Gastos”, fazendo com que as despesas não crescessem mais do que a inflação. Essa medida é essencial para o equilíbrio fiscal do Estado, pois assegura que as despesas cresçam em ritmo ligeiramente inferior ao da arrecadação, sem comprometer o poder de compra do setor público.

PRIVATIZAÇÕES E CONCESSÕES

As privatizações e concessões de serviços públicos foram importantes para o reequilíbrio fiscal e ajudaram na retomada dos investimentos.

- ➡ CEEE-D (Distribuição) - efetivada em 2021. Com a venda, houve impacto imediato na receita estadual com a retomada de pagamento do ICMS.
- ➡ A CEEE-T (Transmissão) - 2021.
- ➡ A Sulgás foi arrematada em 2021.

- ➡ A CEEE-G (Geração) foi leiloada em 2022.
- ➡ Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan): concluído em 2023.

Como era:

Empresas com capacidade de investimentos limitada. Dependiam do Estado para realizarem investimentos.

Com o reforço das privatizações, em 2024, o Estado atingiu o maior índice de investimentos em 25 anos.

Como estamos:

As receitas com privatizações desde 2019 somaram R\$ 8,5 bilhões que estão sendo destinados a investimentos. Concessões terão investimentos superiores a R\$ 12 bilhões. Estão projetados R\$ 46 bilhões em investimentos nos serviços privatizados e concedidos nos próximos anos.

MELHORIAS TRIBUTÁRIAS

De 2019 a 2025, diversas medidas tributárias (que são relacionadas aos tributos cobrados pelo Estado) foram adotadas. Um dos objetivos foi auxiliar para um ambiente de negócios mais moderno, com maior diálogo com o contribuinte e medidas que beneficiam as pessoas:

- ➡ Redução da alíquota padrão (modal) de ICMS, sendo hoje menor alíquota do Brasil e que é aplicada à maior parte das compras dos cidadãos.
- ➡ Redução do ICMS incidente nas operações empresariais com compras de produtos dentro do Estado ou vendas para outros Estados.
- ➡ Programa de Cashback: o Receita Certa devolve parte do ICMS sempre que o varejo tem aumento de arrecadação.
- ➡ Devolve ICMS: Uma inovação da tributação do Estado que devolve para as famílias de baixa renda todo ou parte do ICMS pago por elas.

Desde 2021, quase R\$ 1 bilhão já foi repassado para mais de 600 mil famílias com o Devolve ICMS.

Como estamos:

O RS tem a menor alíquota modal do país, em 17%.

QUITAÇÃO DO PASSIVO DO CAIXA ÚNICO

Os governos anteriores sacaram recursos do Siac (ou Caixa Único do Estado). Eram recursos de diferentes contas que, devido à falta de alternativas, foram usados para pagar diversas despesas, como a folha do funcionalismo.

Como era:

Essa dívida (ou saques do Caixa Único) era de quase R\$ 10 bilhões em 2019.

Como estamos:

Como resultado de todas as medidas adotadas nesta gestão, EM 2024 A DÍVIDA DO CAIXA ÚNICO FOI ZERADA.



REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF): NOVA GOVERNANÇA DA DÍVIDA

Outra medida fundamental foi a adesão, em 2022, ao RRF, instituído pelo governo federal para auxiliar estados em grave desequilíbrio financeiro.

Além de reduzir o fluxo de pagamentos desde então, o RRF também viabiliza a contratação de operações de crédito. No caso do Rio Grande do Sul, essas operações estão sendo direcionadas ao pagamento de precatórios.

Os precatórios são um pagamento devido pelo Estado decorrente de uma condenação judicial. Essa conta é grande porque não pagar precatórios foi um dos instrumentos que, no passado, ajudaram os governos a manter pagamentos do Estado em dia. Assim como a dívida com a União, precatórios têm seu estoque atualizado de acordo com a taxa Selic, atualmente em 15% ao ano, ou três vezes o crescimento anual da arrecadação.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal determinou que os Estados não podem mais postergar indefinidamente esses pagamentos, que devem ser quitados nos próximos anos. Desde então, por meio de diversas medidas, como acordos de conciliação com credores, destinação de recursos do Tesouro e contratação de empréstimos com juros reduzidos no RRF, o Estado tem realizado pagamentos recorde de precatórios.

GESTÃO TRANSPARENTE DA DÍVIDA PÚBLICA

O governo do Estado vem garantindo transparência sobre o peso da dívida para as finanças públicas e para as futuras gerações. Além da adesão ao RRF, vem trabalhando pela mudança nos encargos.

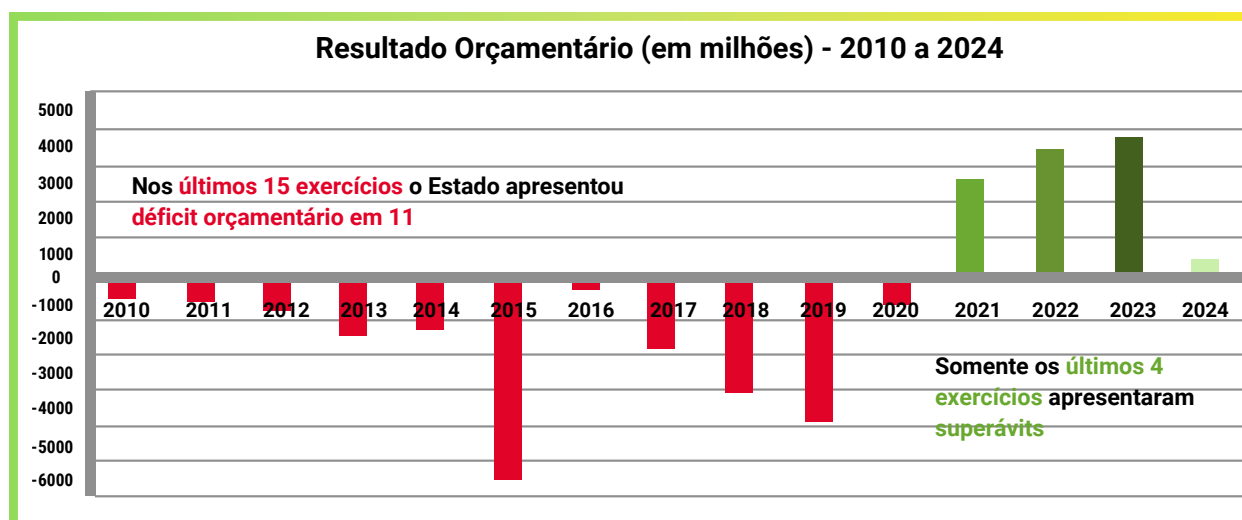
A dívida com a União é impactada pela taxa Selic, que vem tendo patamares muito altos nos últimos anos, sempre acima de 10% a.a. Essa alta influencia no pagamento dos juros. Por isso, o governo tem estudado a alternativa do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), apresentada pelo Congresso e governo federal para os estados que têm as maiores dívidas.

Para participar e reduzir os juros da dívida, será preciso contribuir com 2% do saldo da dívida para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que compensará todos os estados do país. No caso do Rio Grande do Sul, essa contribuição será superior a R\$ 2 bilhões anuais.

RESULTADOS PRÁTICOS

Todas essas medidas, lideradas pelo governo estadual e aprovadas pela Assembleia Legislativa, exigiram esforços de toda a sociedade gaúcha. Hoje, há muitos resultados decorrentes dessas medidas:

- ➡ Há cinco anos, os salários foram colocados em dia.
- ➡ Em 2021, o 13º salário foi regularizado.
- ➡ Os pagamentos de fornecedores e serviços essenciais estão em dia.
- ➡ O Piso do Magistério está sendo pago.
- ➡ A dívida de R\$ 1,1 bilhão com hospitais e fornecedores da saúde foi quitada.
- ➡ Os pagamentos de fornecedores estão todos em dia.
- ➡ Para todas as grandes despesas de longo prazo, foram dados encaminhamentos para: dívida com a União, pagamento de precatórios e previdência, como será analisado mais adiante.
- ➡ Acordo com o Ministério Público para cumprimento do mínimo de 25% de gastos em educação nos próximos anos e dos 12% na saúde sem despesas controversas, como vem sendo feito há vários anos.
- ➡ Desde 2021, o Estado registra superávits primário e orçamentário, ou seja, tem as contas equilibradas.





Como era:

Por mais de cinco décadas, foram 42 anos com despesas maiores do que as receitas. Quando isso acontece, as contas do Estado têm um **déficit**, fechando negativo.

Por outro lado, quando as receitas são suficientes para pagar todos os gastos o Estado fica numa situação fiscal positiva, gerando um **superávit** nas suas contas.

ENTRE OS INVESTIMENTOS DO GOVERNO EM 2024 ESTÃO:

O **Avançar** e **Avançar Mais Saúde**, por sua vez, receberam investimento total de R\$ 1,16 bilhão desde sua criação, em 2021.

Na agricultura, o programa **Supera Estiagem**, em 2023 e 2024, destinou R\$ 65,6 milhões para a subvenção de projetos de irrigação, com estimativa de investimentos por parte dos produtores na ordem de R\$ 494 milhões.

Como estamos:

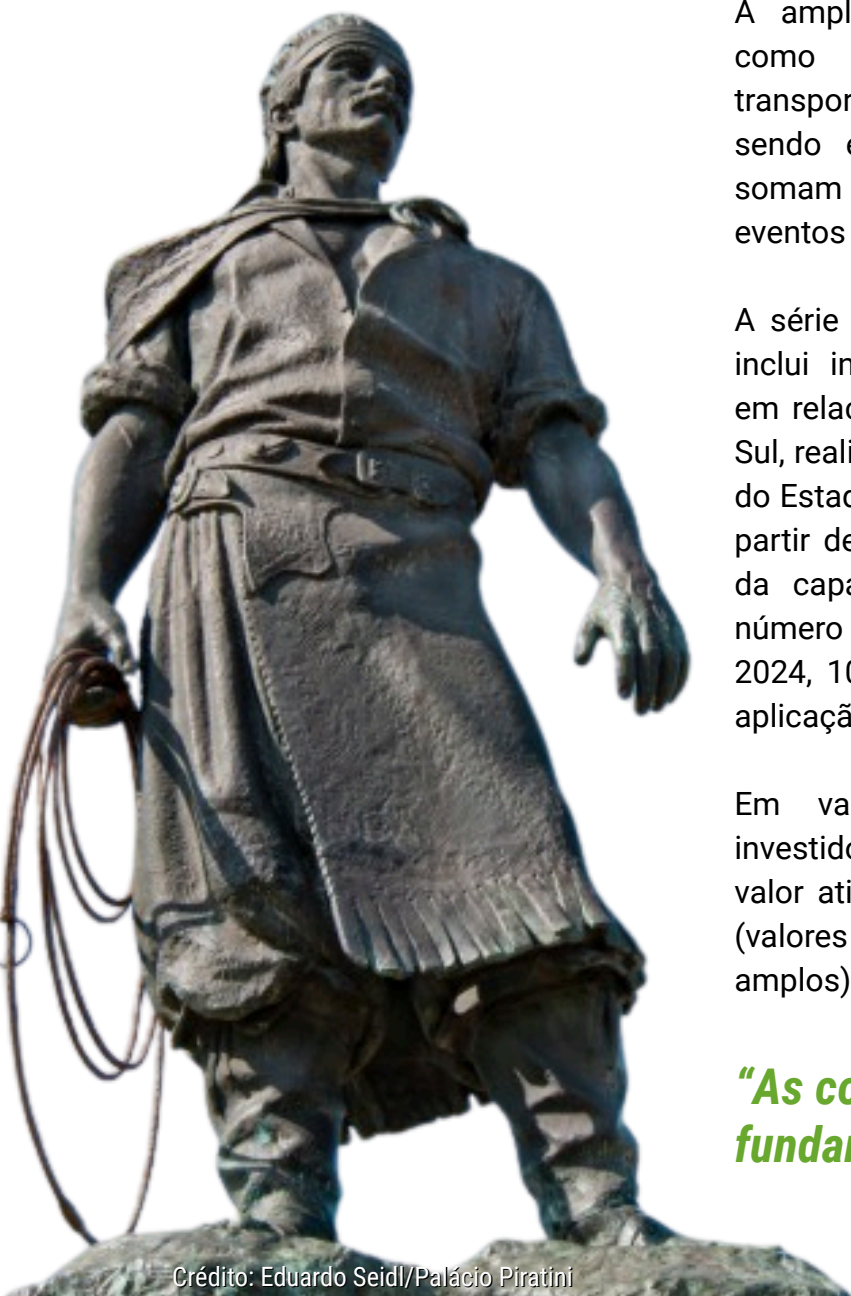
O principal objetivo das reformas foi alcançar o equilíbrio das contas públicas, enfrentando especialmente o crescimento da despesa com pessoal, modernizando a legislação sobre as carreiras dos servidores e recepcionando as regras previdenciárias.

Essas reformas não foram as únicas, pois ainda vieram, posteriormente, importantes ações como a Reforma Tributária, do IPE Saúde, os processos de desburocratização, uma nova gestão patrimonial.

*O Rio Grande do Sul superou a chamada “crise fiscal”?
Sim, a crise de fato já passou. **Agora, o Estado entrou no eixo, organizou suas contas e está num caminho acertado que não pode ser revertido.***



A MELHORIA DAS CONTAS PÚBLICAS PERMITIU AO RS FAZER OS MAIORES INVESTIMENTOS DA SUA HISTÓRIA



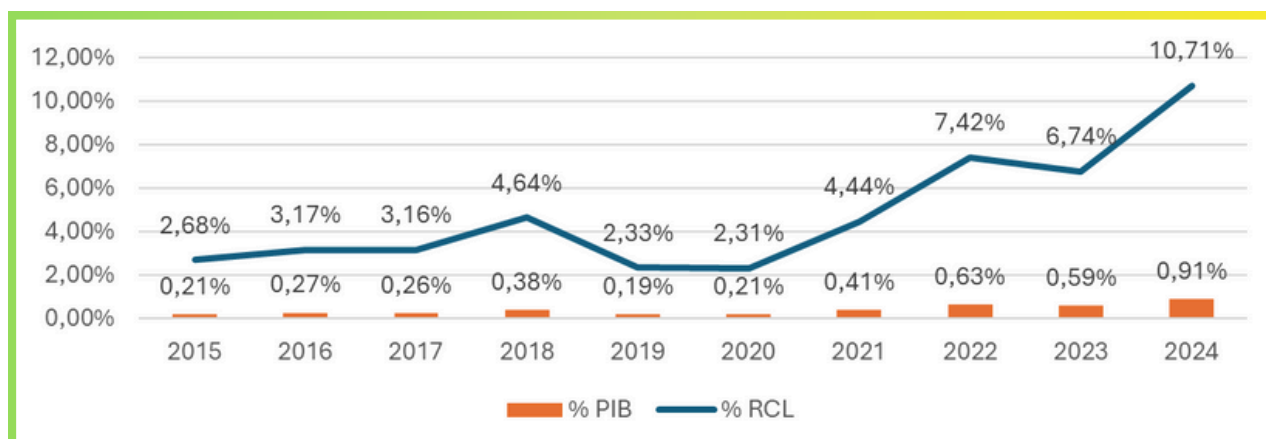
A ampliação dos investimentos em áreas como saúde, educação, segurança e transportes são prioridades que já vinham sendo executadas pelo governo e que se somam à reconstrução do Estado, após os eventos meteorológicos de 2024.

A série mostra os investimentos amplos que inclui investimentos e inversões financeiras, em relação à RCL e ao PIB do Rio Grande do Sul, realizados entre 2015 a 2024 pelo Governo do Estado. Em 2015, aplicou-se 2,7% da RCL. A partir de 2021, há uma recuperação gradativa da capacidade de investimento do estado, número que continua crescendo e atinge, em 2024, 10,7% da RCL e 0,91% do PIB, a maior aplicação da série apresentada.

Em valores nominais, em 2019 foram investidos pouco mais de R\$928 milhões, esse valor atingiu mais de R\$6,4 bilhões em 2024. (valores empenhados em investimentos amplos).

“As contas estão ajustadas, mas é fundamental manter o caminho”.

Percentual de Investimentos Amplos em relação à RCL e ao PIB do RS - 2015-2024



Fonte: Sistema Cubos DW – SEFAZ/RS e DEE/SPGG

Nota 1: Em valores nominais. Os dados de PIB de 2023 e 2024 são estimativas preliminares

2: Em 2021, houve a contabilização extraordinária de R\$ 512 milhões em inversões financeiras (Outras Despesas com Investimentos), em valores nominais, referente à dação em pagamento de imóveis pela venda da CEEE-D. Houve, ainda, a contabilização extraordinária escritural de R\$ 2,603 bilhões, em inversões financeiras (constituição de capital), em valores nominais, referente à capitalização da CEEE-D. Em 2023, foi contabilizada em Inversões Financeiras a quantia de R\$ 1,449 bilhão, referente à aquisição de títulos de crédito da Corsan (litígio judicial). A fim de não distorcer a análise, os fatos extraordinários descritos foram retirados da série.

Com a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o Programa Avançar representou um grande salto na aplicação de recursos próprios. Entre 2021 e 2023, por exemplo, foram executados (liquidados) mais de R\$ 6 bilhões, divididos entre os 19 eixos do programa, destacando-se os setores de logística e transporte, de educação, de justiça e de saúde.

Para 2026, essas ações estão planejadas para ser executadas de acordo com os limites estabelecidos na Proposta de Lei Orçamentária, buscando sua adequação com as receitas disponíveis.

O Funrigs centralizará os recursos para o enfrentamento dos efeitos da tragédia, com aportes para moradias, recuperação de vias e obras de proteção à população.



RECONSTRUÇÃO COM O PLANO RIO GRANDE

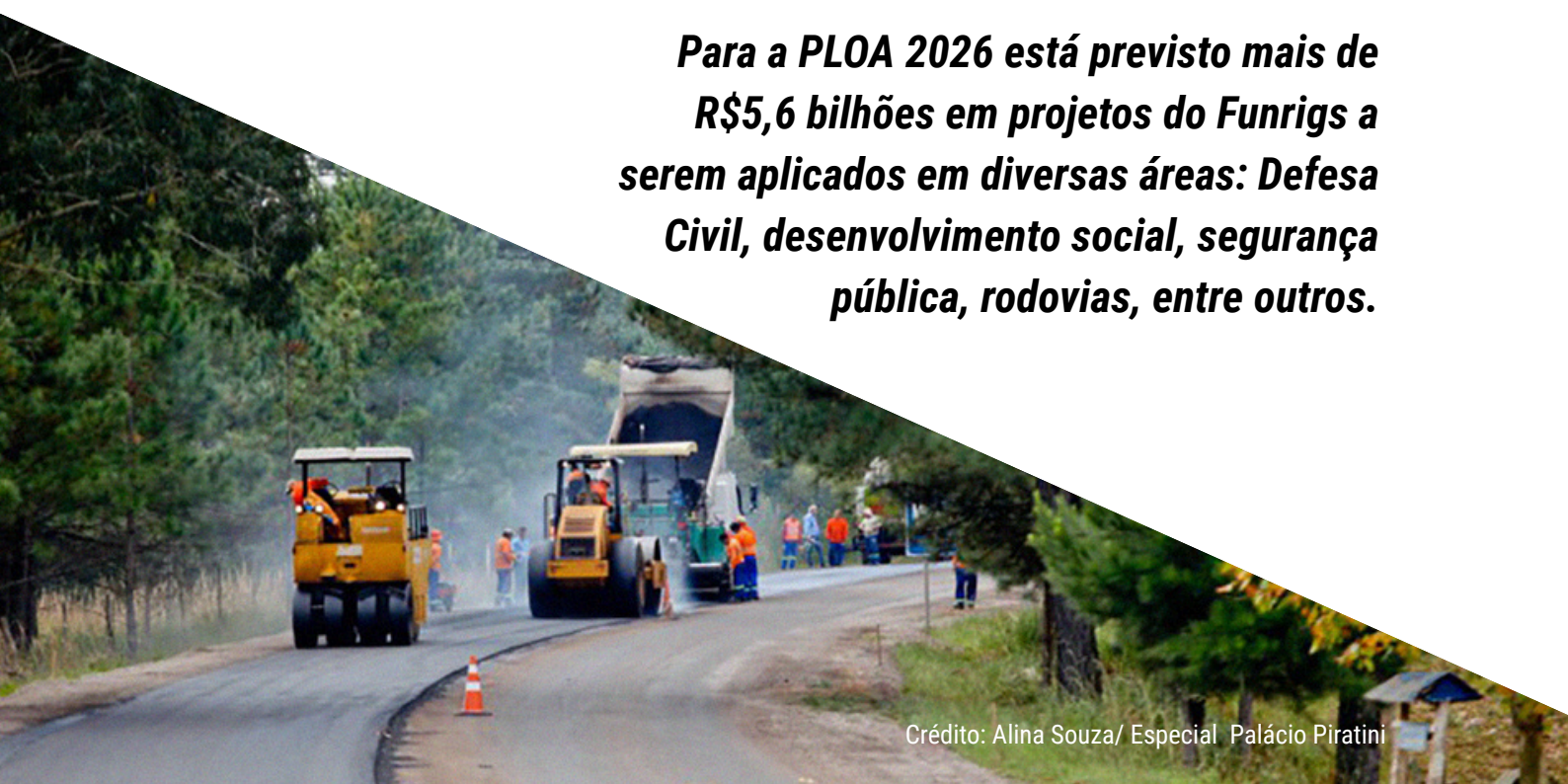
Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou a maior tragédia climática de sua história. Foram confirmados 183 óbitos e mais de 20 pessoas permanecem desaparecidas. Milhares de famílias perderam suas casas e diversas empresas interromperam suas atividades, algumas de forma definitiva.

Graças às medidas de ajuste fiscal adotadas desde 2019, o Estado teve condições de reagir com maior rapidez, reduzindo os impactos das enchentes. A articulação com o governo federal resultou na aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma medida que suspendeu por 36 meses o pagamento da dívida com a União.

O adiamento não significa perdão, já que as parcelas continuarão sendo pagas no futuro. No entanto, a suspensão, sem cobrança de juros durante o período, tornou-se um importante instrumento de apoio à reconstrução. Os valores estão sendo destinados ao Funrigs, que deve receber mais de R\$ 14 bilhões até meados de 2027.

O Plano Rio Grande, que concentra todas as iniciativas de reconstrução, foi criado para proteger a população, reconstruir o Estado e fortalecer sua resiliência diante de eventos climáticos futuros. Os recursos financiam etapas de planejamento, formulação, coordenação e execução dos projetos previstos. Desde 2024, os anúncios do Plano Rio Grande já superam R\$ 9 bilhões. No mesmo ano, impulsionada pela recuperação da agropecuária e pelo volume de investimentos na reconstrução, a economia gaúcha cresceu 4,9%, acima da média nacional de 3,4%.

Para a PLOA 2026 está previsto mais de R\$5,6 bilhões em projetos do Funrigs a serem aplicados em diversas áreas: Defesa Civil, desenvolvimento social, segurança pública, rodovias, entre outros.



Crédito: Alina Souza/ Especial Palácio Piratini



O ORÇAMENTO PÚBLICO EXPLICADO

PPA

O PPA define metas e programas para os próximos quatro anos. É elaborado no primeiro ano de mandato e vigora do segundo ano até o primeiro ano do governo seguinte, garantindo continuidade das políticas públicas. O governo acompanha as metas com indicadores de desempenho. E a sociedade também pode acompanhar e cobrar resultados.

LDO

A LDO estabelece regras e prioridades para o orçamento do ano seguinte. Faz a ligação do planejamento de médio prazo (PPA) ao orçamento anual (LOA). A lei não define a alocação dos recursos, mas os limites e as condições para os gastos. O projeto é enviado à Assembleia Legislativa até 15 de maio de cada ano.

LOA

A LOA detalha o quanto será arrecadado e como serão os gastos no próximo ano em áreas como saúde, educação, seguranças e infraestrutura. O governo estima receitas e define despesas com base no PPA e na LDO. Participam os órgãos de todos os Poderes, autarquias e fundações, Ministério Público, Defensoria Pública e as empresas estatais. O projeto de lei é enviado à Assembleia até 15 de setembro. Os deputados analisam, propõem emendas e votam o projeto.

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos fundamentais para organizar o planejamento e a execução do orçamento público. Juntos, formam o ciclo orçamentário do Estado.

RECEITAS E DESPESAS: DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI O RECURSO

O governo pode usar todo o recurso dos tributos pagos pelas empresas e pelas pessoas onde preferir? Não, porque existem vinculações orçamentárias, que significam cumprir leis que determinam onde deve ser aplicada grande parte dos gastos.

Do total das despesas do Poder Executivo, apenas uma parte pode ser alocada conforme as prioridades da gestão. A maior parcela é de gastos pré-determinados. Exemplos são despesas obrigatórias (pagamento da dívida e salários, por exemplo) ou decorrentes de vinculações legais (como os percentuais mínimos da receita que devem ser gastos em saúde e educação).

Por isso, muitas vezes um determinado gasto não pode ser feito porque “não há espaço no orçamento”.

Outro exemplo dessa limitação é a previdência, para a qual é destinado um terço de toda a despesa do Rio Grande do Sul. Ou seja, de cada R\$ 100 gastos pelo Estado, quase R\$ 30 são utilizados para benefícios de aposentados e pensionistas.



O Rio Grande do Sul está colocando suas finanças nos eixos. Foram mais de 30 anos de uma situação de desequilíbrio que vem sendo revertida.

Agora, o Estado busca consolidar sua estabilidade fiscal de forma estrutural, tendo em vista que as projeções para 2026 indicam que há desafios relevantes, com previsão de déficit orçamentário. Assim como nos últimos anos, o governo gaúcho seguirá trabalhando para buscar o equilíbrio e direcionar os recursos de forma eficiente, especialmente em áreas prioritárias como saúde, habitação, educação, segurança pública e infraestrutura.

A solidez fiscal que precisa ser sustentada ao longo dos anos traduz-se em capacidade real de investimento, resposta em momentos críticos e visão de futuro.



Proposta
Orçamentária
2026



GOVERNO
DO ESTADO

**RIO
GRANDE
DO SUL**



spgg.rs.gov.br/orcamento-estado



SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO

SECRETARIA DA
FAZENDA

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
GOVERNANÇA
E GESTÃO



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**